



FICAR EM CASA OU IR ÀS RUAS:  
O USO DE ARGUMENTOS EM TEMPO DE PANDEMIA  
E AS RAZÕES DA INCERTEZA NA FORMAÇÃO DE JUÍZOS

Geder Luis PARZIANELLO<sup>1</sup>  
Sandra Barbosa PARZIANELLO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Duas formações discursivas disputaram primeiramente o jogo de tensões no campo social em torno da pandemia do novo coronavírus no Brasil, no começo do ano de 2020. O presente artigo descreve o modo como certos discursos organizaram suas estratégias argumentativas e analisa as bases de apoio racional de seus argumentos e os alcances que foram capazes de produzir em busca da adesão de seus auditórios. O estudo serviu-se dos fundamentos da *Análise do Discurso*, da *Argumentação* e da *Retórica* para apontar na direção de algumas evidências acerca do funcionamento da linguagem, bem como dos argumentos e dos discursos que se fizeram circular. A pesquisa permitiu apontarmos na direção de uma evidência teórico-empírica de que a argumentação em torno da “incerteza” favoreceu a formação de juízos a ambos os polos da controvérsia, criando um caráter de verossimilhança cuja força residia na impossibilidade aparente de uma racional contestação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Argumentação. Discurso. Pandemia. Covid-19. Incertezas.

STAY AT HOME OR GO TO THE STREETS:  
THE USE OF ARGUMENTS IN PANDEMIC TIME  
AND THE REASONS FOR UNCERTAINTY IN THE FORMATION OF JUDGES

**ABSTRACT:** Two discursive formations first disputed the game of tensions in the social field around the new coronavirus pandemic in Brazil, in the beginning of the year 2020. This article describes the way in which certain speeches organized their argumentative strategies and analyzes the rational support bases of their arguments as well as the scope they were able to produce in search of their audience's adherence. The study sought support in fundamentals of Discourse Analysis, Argumentation and Rhetoric to point in the direction of some evidence about the functioning of language, as well as the arguments and discourses that were circulated. The research allowed us to point in the direction of theoretical-empirical evidence that the argument around “uncertainty” favored the formation of

---

1 Doutor em Comunicação Social pela PUCRS, com pós-doutoramento *Medienwissenschaft* na Universität Paderborn, Alemanha (Bolsa Capes 2012-2013). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Pampa. Endereço eletrônico: <gederparzianello@yahoo.com.br>.

2 Jornalista e cientista política. É doutoranda em Ciência Política pelo PPGCPol da Universidade Federal de Pelotas e Pesquisadora Capes. Endereço eletrônico: <parzianellos@yahoo.com.br>.



judgments at both poles of the controversy, creating a character of verisimilitude whose strength lay in the apparent impossibility of rational contestation.

**KEYWORDS:** Argumentation. Discourse. Pandemic. Covid-19. Uncertainties.

## INTRODUÇÃO

O mundo viveu, em 2020, uma impactante pandemia. A mutação de um vírus já conhecido pelos cientistas e que teria se originado na China a partir de morcegos foi gradualmente estendendo seu contágio a outras fronteiras nacionais e continentais ainda no final de 2019 e chegou lentamente ao Brasil, entre fevereiro e março do ano seguinte. Seu rastro de destruição abalou primeiramente a Itália, com mais de 26 mil mortos, e a Espanha, acima de 23 mil. Essa triste liderança mundial foi logo depois superada pelos Estados Unidos, país aonde a doença chegou mais tarde. Somaram-se 55 mil vítimas fatais no final de abril e, pelo número crescente, tornou-se o país com maior número de mortos e de infectados. Estes três países, Itália, Espanha e Estados Unidos, tinham em comum o fato de que demoraram a adotar políticas de segurança e de distanciamento social. O preço pago foi bastante alto. No começo de maio, já eram mais de dois milhões de infectados no mundo inteiro e quase 150 mil mortos.

A pandemia do novo coronavírus e sua enfermidade, a COVID-19, uma gripe febril com sintomas associados a dificuldades respiratórias graves e tosse seca, que compromete ligeiramente o sistema imunológico, afetava inicialmente, com preocupação, aquelas pessoas com morbidades e doenças imunossupressoras, diabéticos, hipertensos e idosos, mas passou a atingir, em seguida, uma população cada vez mais crescente de jovens e crianças, além dos muitos profissionais da saúde, tornando-se, assim, o pesadelo real da humanidade.

Houve, no entanto, durante o período de crescimento do contágio no Brasil, aqueles que viram nas estratégias de combate à disseminação do vírus algum exagero e chegaram a apontar motivações as mais diversas para contrariar as orientações à população de que se

evitasse ao máximo sair às ruas. A politização do debate público em torno da questão dividiu a sociedade como se todos não tivessem a sua frente um inimigo em comum. Estavam assentadas as motivações para uma disputa argumentativa no campo do social, com discursos despontando em diversas direções, cujas reproduções e regularidades nos levavam a identificar duas formações discursivas, como veremos mais adiante.

No Brasil, o primeiro diagnóstico de paciente contaminado pelo novo coronavírus foi registrado, oficialmente, em 26 de fevereiro, e a primeira morte, em 17 de março de 2020. Distanciamento social, assepsia e solidariedade foram, aos poucos, demandas que cresceram em meio a racismos virais e preconceitos em função do estigma da origem da doença e discussões que levaram a confusões argumentativas, misturando humor e fantasia, política e saúde pública, economia e medicina. As militâncias ideológicas em redes sociais e comunidades de WhatsApp, com seus gritos oportunistas de promoção do medo e do ódio, interessadas em fortalecer crenças morais e religiosas, políticas, partidárias ou ideológicas, contrastaram com o silêncio do questionamento reflexivo de quem buscava de fato compreender aquele momento, impactado com a tragédia e com as notícias em torno do vírus, com as narrativas das famílias das vítimas e das pessoas que superaram a fase de contaminação. Ciência e fé confrontaram-se constantemente. Governos e opinião pública também. Parte da população batia painéis nas janelas de apartamentos das principais capitais brasileiras em protesto contra as orientações do governo federal, que defendia o fim do distanciamento social, enquanto, em outros países, as demonstrações comunitárias já eram muito mais de solidariedade e gratidão, favoráveis à política do isolamento consciente. No Brasil, acusavam-se artistas, jornalistas, intelectuais.

Notícias falsas negavam a falta de leitos e as mortes regionais. Situações de calamidade pública foram reinterpretadas como exageros. Desemprego, democracia, isolamento social vertical e proteção à vida foram algumas das demandas imperativas dos

discursos de confronto, tornando-se significantes vazios em cortes antagônicos que faziam parecer racionais as escolhas baseadas apenas na força convincente de alguns argumentos. Nesse contexto confuso de disputa discursiva, encontraram espaço de proliferação, teorias da conspiração as mais diversas, entre elas, a de que o comunismo chinês planejava desmontar o capitalismo e dominar o mundo, e, também, falsas crenças como a existência de medicamentos caseiros ou industrializados capazes de curar as pessoas contaminadas. Na contramão dos enunciados de fanáticos ideológicos e de profetas da ilusão, médicos continuavam morrendo, centenas de profissionais da saúde precisavam se afastar de suas funções, em proteção às próprias vidas.

O país encontrava-se confuso e dividido. O campo discursivo que se formou em torno da pandemia trouxe pelo menos duas formações discursivas dissonantes, que aqui nos propomos a analisar. Suas regularidades traziam o discurso que incitava a população a ir às ruas e voltar a trabalhar, como forma de proteger a economia mesmo em meio ao risco de iminente contágio, e o discurso que se encontrava simbolicamente representado na *hashtag* #FiqueEmCasa e que repercutia a consciência sobre a importância do isolamento ou distanciamento social como forma de prevenção e controle da doença. Esses dois discursos se confrontavam, como é próprio do campo de forças dos discursos sociais, mas com características muito próprias quanto à estratégia argumentativa e à força persuasiva de suas proposições.

Neste artigo, buscamos a identificação de algumas dessas marcas ou estratégias argumentativas em torno do dilema social criado em função da pandemia, notadamente, pelos discursos de afirmação de orientações oficiais nacionais e internacionais da saúde de que as pessoas deveriam permanecer em casa, em isolamento social, sem sair às ruas, sem aglomerações, tendo, como contradiscurso, a afirmação de que era preciso retomar a vida normal, o comércio e as condições de produção e de trabalho, o que, em geral, era fomentado pelo



presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e por parte representativa do empresariado brasileiro.

No primeiro discurso, a justificativa racional era de que só um isolamento ou distanciamento social permitiria controlar o avanço da doença, apoiado nas evidências científicas; no segundo, a justificativa do argumento centrou-se na proposição de que os danos à economia seriam ainda maiores caso a política do isolamento se prolongasse, apoiando-se na ideia de que pessoas sem renda também adoecem porque não se alimentam e sofrem.

Algumas formações discursivas marcaram de forma bastante evidente esse período, circulando proposições de algum conteúdo de Verdade ou, pelo menos, de verossimilhança, tornando opacos os sentidos racionais de suas defesas. Campo minado para disputas ideológicas, partidárias e morais, o cenário foi também espaço privilegiado para enfrentamentos nada convencionais à racionalidade, como entre fé e ciência, ou entre medicina e economia, porque esses campos não são de confronto e a contraposição de suas verdades de mundo não é algo que se possa colocar em disputa.

#### A MATERIALIDADE DISCURSIVA

Os estudos do discurso de tradição francesa filiados ao pensamento de Michel Pêcheux nos ensinam, há décadas, que a materialidade de um discurso se dá, não por enunciados, mas pelos efeitos que eles são capazes de produzir no campo social. Nesse sentido, diremos que as discursividades que aqui analisamos se encontram materializadas em comportamentos sociais verificáveis pela permanência/ausência de aglomerações em vias públicas e mesmo em eventos privados quando levados a conhecimento público. Com efeito, as cidades foram vendo circular suas populações nas ruas e retomar atividades comerciais e de rotina, bem antes do que recomendavam, tanto as autoridades e organismos

internacionais, quanto a experiência recente vivida em outros países. Dados estatísticos indicavam a possibilidade de achatamento da curva de contágio da doença no Brasil apenas a partir de maio, com seu ápice previsto para após o dia 10 daquele mês. No entanto, a grande maioria das cidades brasileiras começava a dar sinais de recuperação de suas práticas comerciais e de trabalho já no final de abril.

Os discursos que disputaram a arena social num campo de forças, movidos pelos mais diversos interesses, escolheram estratégias argumentativas distintas, as quais aqui nós buscamos descrever, analisar e compreender. Tais discursos compunham formações discursivas de absoluto confronto e franca oposição, fazendo circular em si mesmas um conjunto de proposições carregadas de valor de Verdade e que emprestaram à formação da opinião pública o substrato de racionalidade. Ambas não afirmavam, mas situavam-se por detrás da premissa absoluta de que todos queriam o fim da pandemia. O que as diferenciava era, sobretudo, a forma de enfrentamento de um período incerto e prolongado de combate à doença.

Acerca da relação entre discurso e o campo social, Mendonça e Lopes (2015, p. 75) afirmam, amparados na teoria do discurso de Ernesto Laclau, que “não há menor condição de refletirmos sobre o social e o político sem lançarmos mão da ideia de discurso.”. Para autores dessa escola, todo o conjunto de significações articuladas e compartilhadas por uma comunidade de sentidos é objeto de análise. Tais articulações entram em confronto no jogo de forças dos discursos em busca por hegemonia e cabe ao analista descrever e estudar as estratégias com que essas articulações discursivas se firmam na sociedade.

Extraímos das duas formações discursivas deste confronto, os argumentos que nos parecem mais fortes e/ou mais evidentes à razão, em cada um dos polos antagônicos relativos à pandemia da COVID-19. No primeiro caso, pela defesa de que as pessoas deveriam ficar em casa e evitar aglomerações ou sair às ruas, a força dos argumentos parece encontrar seu ápice na proposição de que, evitando o contato com outras pessoas, era possível

proteger a si mesmo e aos outros, o que seria um argumento supremo em defesa da vida e declaratório de amor fraterno com a humanidade, capaz de frear a disseminação do vírus e abreviar o seu domínio e contágio. Este argumento encontrou mais apoio entre populações de formação mais intelectualizada e no universo das gerações com maior consciência ambiental e ecológica, que lutam em favor da vida e por preceitos de dignidade, direitos humanos e cidadania. Foi também encampado por um contingente de pessoas que, independentemente de seu nível de instrução, assimilaram o medo da morte e o risco efetivo da contaminação, e que, na dúvida, preferiram optar pela proteção recomendada. No campo da moral, foi espaço de argumentação para discursos jurídicos, de apoio à classe trabalhadora e aos municípios, de declarações de estados de calamidade pública e de medidas de ordenação e controle social, ora mais rígidas, ora mais flexíveis. No campo religioso, esses discursos tiveram também seu acolhimento, principalmente em termos massivos, por seguidores da apostólica e romana Igreja Católica, personificada na figura de seu líder mundial, o Papa Francisco, que, de Roma, instruiu as igrejas do mundo todo a suspenderem as missas e todas as atividades que envolvessem aglomeração de pessoas.

Do outro lado, as formações discursivas que marcaram a controvérsia ao debate condenavam o isolamento absoluto (horizontalização) e defendiam a restrição ao isolamento social pela chamada verticalização, com maior peso no argumento de que a condição totalizante só era possível a populações que tinham renda, mesmo sem trabalhar naquele período, apontando, assim, o caráter excludente que o isolamento social promovia àqueles que não tinham emprego ou não tinham alimentos na geladeira. Esse argumento encontrou, ironicamente, maior apelo entre produtores rurais, empresários, comerciantes, lojistas e pessoas que se afirmaram preocupadas com a classe mais desfavorecida economicamente e que saíram em carreatas pelas cidades, criticadas por estarem dirigindo veículos próprios, aos quais, aquela população que eles diziam defender, jamais teria efetivas condições de acesso.

Foi um campo de afirmação argumentativa que pareceu se colocar em favor do outro: no primeiro caso, em favor da proteção do outro em relação à contaminação; no segundo, em favor das condições do outro de se alimentar e de viver com a renda de seu trabalho, o que ressignificava o alcance moral de sua argumentação. Os defensores desta linha argumentativa também encontraram apoio e repercussão positiva entre religiosos e seguidores da fé cristã, mas, desta vez, com maior apego nas denominações evangélicas, cujos templos esvaziados representavam um risco ainda maior de esvaziamento do valor da crença no apego das pessoas em situações de crise, colocando algumas igrejas e templos, neste sentido, em risco quanto às garantias de sua manutenção financeira.

Observemos que, no domínio do embate e da disputa argumentativa, o estigma da razão subverte-se à força dos argumentos e não a um sentido máximo de uma verdade. Isso significa dizer que não se trata de diferenciar aqui quem esteja ou não com a razão ou, em última instância, quem esteja falando a verdade. O significado da disputa argumentativa reside na força que tem um ou outro argumento para fazer parecer e fazer crer, logrando com isso maior adesão de seus auditórios, conforme ensinam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958/1999) a respeito do funcionamento da argumentação. A força da crença em determinados argumentos está na capacidade de interpretação que tenha um auditório e, nessa medida, quanto mais um orador se aproxima e conhece o seu auditório, mais chances ele terá de encontrar esse consentimento.

Retomemos, pois, algumas concepções teóricas na tradição dos estudos de retórica, da argumentação e do discurso, para tentarmos compreender melhor esse funcionamento argumentativo, emprestando luz aos acontecimentos, objetivo maior de quem estuda discursos.



## A LÓGICA ASCENDENTE

Há pelo menos duas maneiras distintas de se compreender ou explicar fenômenos sociais, especialmente, quando se trata de aspectos relativos à linguagem, aos discursos e seu funcionamento. Uma delas é a lógica descendente, que ocorre quando partimos de conceitos e proposições teóricas para enxergar, perceber e estudar a realidade a nossa volta. A outra se dá quando usamos uma lógica ascendente, pela qual chegamos, a partir dos eventos sociais dos fenômenos em suas manifestações, aos domínios teóricos que alguma tradição teórica nos oferece e, assim, lançamos alguma luz de compreensão sobre os fatos. Ideal seria se pudéssemos exercer uma dialética, ao mesmo tempo ascendente e descendente, no movimento de descobertas e de percepções nas análises e interpretações que fazemos, mas isso é sempre muito difícil, sobretudo quanto aos objetos sociais e humanos de pesquisa. O mais usual é buscarmos, primeiro, num ou noutro espaço, as bases para lidarmos com nossas dúvidas científicas, intelectuais e humanas.

Passemos, pois, ao emprego de uma lógica ascendente, uma vez conhecidos em termos os eventos que nos trouxeram até essas percepções, conforme expusemos brevemente até aqui, e os dispositivos da verdade que se estabelecem nesta primeira perspectiva de análise. Sobre este cenário nos debruçamos, então, com os autores que nos parecem poder dizer algo que ofereça sentido em contribuição ao estudo dessas realidades que julgamos enxergar. Será preciso ter bastante clareza de que estamos percorrendo este caminho metodológico e teórico para demonstrarmos mais do que apenas algumas evidências empíricas.

A reflexão amparada suficientemente nas teorias do discurso, da retórica e da argumentação, em diferentes tradições, as quais tomamos como base para o estudo a que

nos propomos, nos permite a construção de uma compreensão (*Verständigung*) e, não propriamente, de uma explicação (*Erklärung*) acerca do fenômeno da argumentação em nosso objeto de estudo, que são os discursos em torno da pandemia do novo coronavírus. Não fizemos, aqui, nenhum recorte, propriamente, de amostra nem trabalhamos com evidências empíricas na forma de enunciados e/ou de alocutários. A nós, interessam, desta vez, mais de perto, alguns outros domínios. Nosso estudo nos permitiu considerar a existência de uma razão argumentativa marcada pela figura da “incerteza”, reconhecendo nela uma força discursiva e uma racionalidade aparente de argumentação quase lógica para a formação de juízos.

Toda atividade interpretativa tem uma hermenêutica própria. Em seu texto “Para além do sujeito: Nietzsche, Heidegger e a Hermenêutica”, Vattimo (1989, apud PARZIANELLO, 2017, p. 60) analisa o que Nietzsche escrevera sobre verdade e mentira em 1873, o que, no entender do filósofo alemão, toma *status* de sistema metafórico canônico na consideração de todos. A experiência de interpretação teria, assim, uma espécie de desfundamentação, um *Abgrund*, no termo em alemão, por meio do qual se perde o sentido de continuidade de mundo e que, portanto, converte a própria interpretação a uma verdade enquanto possibilidade de sentido.

Por vezes tomada como sinônimo de argumentação, a retórica confunde-se, invariavelmente, com a lógica dos valores e com o sentido da razão prática, conforme Amossy (2018) e que poderia ser colocada diante de uma discussão ética ou de uma ética da discussão, de inspiração habermasiana. Ocorre que no embate que se travou com a força desses dois discursos não se buscava efetivamente alguma resolução de conflitos, uma vez que ambos os lados pretendiam de fato vencer o oponente, fosse por questões religiosas ou morais, fosse por questões políticas, partidárias ou ideológicas.

Raciocínios falaciosos e argumentos quase-lógicos povoaram o imaginário popular e dos defensores dos dois lados da argumentação. Dittrich a este respeito explica:

dizer que o discurso, especialmente o argumentativo, compreende uma dimensão política implica aprofundar a compreensão de um aspecto relevante: a dinâmica da argumentação pressupõe um relacionamento tenso entre os envolvidos neste modo discursivo, mesmo na circunstância de um interlocutor (leitor) fisicamente ausente. (DITTRICH, 2017, p. 89)

Com efeito, a dinâmica das interações sociais no campo do argumento em torno da questão foi fortemente evidente nos espaços midiáticos e nas práticas de comunicação a distância, facilitadas pela tecnologia móvel.

Desde os ensinamentos da retórica aristotélica, o uso da palavra foi tomado como exercício da influência. A finalidade da comunicação, neste sentido, é sempre persuasiva. Os argumentos orientam percepções de mundo e reforçam o aspecto da opacidade da linguagem porque sua estratégica pode tanto evidenciar quanto ocultar a realidade racional ou mesmo empírica, conforme favoreçam ou prejudiquem alguma adesão de certos auditórios. Conforme Olímpio-Ferreira (2018):

mesmo que a instância retórica do ethos seja a que busque o assentimento a fim de reduzir as distâncias, apresentando respostas possíveis na via do preferível, não se pode, porém, apesar de toda força ética oriunda do dizer, da imagem pré-discursiva e do lugar que se ocupa, atribuir a alguém influente, que profere um discurso convincente, unilateral, monogerido (como se a argumentação estivesse restrita aos discursos argumentados escritos), a responsabilidade absoluta do processo de adesão. (OLÍMPIO-FERREIRA, 2018, p. 5)

A adesão depende, portanto, de muitos fatores. O jogo de tensões que se estabelece entre os argumentos cria certo campo latente no qual se sentem provisoriamente mais à vontade ora os aderidos a uma, ora a outra forma de argumentação. E mesmo estes parecem

oscilar entre as possibilidades de verossimilhança encontráveis em cada um dos polos desta argumentação. É justamente por isso que não se trata de estabelecer uma dada verdade, mas trabalhar nos domínios da linguagem para que a possibilidade da verdade possa se manter consistente na percepção de determinados auditórios que interessem a quem argumenta em razão de sua finalidade.

Não se argumenta para convencer ou fazer uso de uma razão lógica formal. Os argumentos são colocados de forma estratégica com maior ou menor eficácia conforme a finalidade persuasiva e assim se ordenam e se organizam. O desconhecimento em relação a algumas propriedades de seu funcionamento pode colocar uma argumentação em desvantagem ou favorecer a que determinados auditórios rejeitem uma tese colocada ao seu assentimento. Herzberg e Bizzeland (1971) descrevem regularidades discursivas como regras de formação dos argumentos, apontando para performativos que eles qualificam de inadequados nos planos de defesa das razões. Neste artigo, não temos por finalidade chegar a este nível de descrição e análise. Por ora, interessa compreendermos como se deram as estratégias discursivo-argumentativas em um e noutro caso das polaridades da principal tese em torno da pandemia e, por meio desta descrição, compreender ainda mais o funcionamento da comunicação social humana e o potencial agregador dos argumentos em suas estratégias nas situações de disputa social discursiva.

Não temos como nos estender demoradamente num elemento fundamental que diz respeito aos alocutários em cada um dos polos discursivos na disputa em torno da pandemia que analisamos neste artigo. Evidentemente que a compreensão sobre os sujeitos historicamente determinados como enunciadores desses discursos poderia nos oferecer variáveis ainda mais determinantes à construção de uma compreensão das estratégias argumentativas. Fossem eles os meios de comunicação em suas singulares expressividades, suas lideranças políticas ou celebridades, seus formadores da opinião pública, sacerdotes ou

quaisquer personificações, representações identitárias ou tipologias, precisariam ser lidos em sua natureza e contexto para que suas razões fossem assim mais bem determinadas e sentidas.

O que nos interessa e cumpre descrever e apontar são elementos que transpassam o campo da enunciação e que se circunscrevem enquanto tecido social em polos claros de disputa, em torno dos quais se reúnem os mais variados sujeitos de fala. As formações discursivas que carregam os argumentos assumem, desde nossa perspectiva, uma predominância, no interesse do analista, por aquilo que nos permite conhecer em termos de estratégias de embate da razão, em sua lógica mais constitutiva. Além de apontarmos o que conseguimos perceber<sup>3</sup> na forma como esses discursos se amparavam em bases morais e religiosas ou políticas, queremos crer que conseguimos apontar seus efeitos, suas potencialidades e alcances em favor da finalidade persuasiva que os motivava.

Assim, diremos que os campos de confronto buscaram não a desconstrução do argumento contrário a suas teses centrais, mas a adesão dos auditórios que mais facilmente se encontravam dispostos às razões expostas em suas proposições. É justamente nesse viés que identificamos, no sentido das “incertezas” que tais argumentos postulavam, o ponto nodal de sua estratégia argumentativa. A quem defendia o isolamento social, pairava a verossímil presença da contaminação, que levava à incerteza das formas de proteção e controle sobre o contágio. A quem defendia o fim do isolamento ou distanciamento social, o caráter de verossimilhança também se fazia presente em torno das “incertezas” sobre a necessidade de um comportamento como forma de proteção e controle da doença.

Concorriam, em favor da sustentação desses dois *argumentos de incerteza*, algumas evidências racionais. No primeiro caso, as experiências internacionais, principalmente os dados de mortandade e contaminação em países cujas políticas de isolamento pareceram

---

3 Discursos destinados a, antes de tudo, informar, descrever, narrar, testemunhar, direcionam o olhar do alocutário para fazê-lo perceber as coisas de certa maneira (AMOSSY, 2011, p. 132).

tardar a ser implantadas, e também outras informações que se fizeram circular com maior ou menor força, como, por exemplo, a construção progressiva e lenta do conhecimento sobre a doença e o comportamento do vírus, as incertezas em torno do diagnóstico inicial e do tratamento, as dúvidas sobre o potencial de alguns medicamentos em estudo e a incerta capacidade de superação do quadro de contaminação entre os infectados, assim como sobre os perfis de suas populações mais atingidas e até mesmo sobre o alcance em potencial de algumas medidas em dúvida quanto a serem ou não eficazes.

No segundo caso, a incerteza se fez sentir como elemento auxiliar na formação de juízos, predominantemente pela distância da materialidade do efetivo risco de contágio em realidades distintas, mas também por incertezas em torno das motivações das políticas de controle social, animadas por teorias conspiratórias como a de que o comunismo de matriz chinesa planejava a dominação do mundo, o fim das identidades nacionais e a criação de um organismo internacional de inspiração socialista que tivesse como principal finalidade uma nova ordem mundial e novas formas de governo, colocando o sistema do capital em franca ameaça, o que parecia corresponder à imagem do real com as lojas fechadas e as ruas vazias. O grau de incerteza em torno dessas pretensas verdades gerava ansiedade e confusão na população, somado ao fato de que outras incertezas povoaram progressivamente o imaginário popular e fortaleciam a tese de que o isolamento social era desnecessário: a incerteza em torno do futuro das economias, duramente atingidas com a recessão consequente do fechamento do comércio e serviços, agravada com a incerteza da manutenção de empregos e de condições de trabalho e renda a quase 40 milhões de brasileiros.

De um e de outro lado do embate argumentativo, a incerteza pareceu funcionar como elemento de formação do juízo e auxiliar na estruturação de boa parte da construção argumentativa e das estratégias a elas associadas. Eram mais fortes a ambas as intenções persuasivas de trabalhar com cenários de dúvida do que com convicções, fossem elas morais,

científicas, religiosas, econômicas, políticas ou ideológicas. Nesse sentido, os discursos radicais e de defesa de cada uma dessas argumentações pareceram revestidos de incitação ao crescimento da dúvida. A verossimilhança assumia, assim, um caráter não mais de provável verdade, mas de inquestionável dúvida e que satisfazia a ambos os lados do embate. Era tão duvidosa a proteção quanto o risco de contágio, tão incerta a garantia da vida quanto da economia pós-pandemia. Na contradição, pareceu haver um elemento de consonância: o valor residual da incerteza na formação dos juízos argumentativos.

Lima (2010, p. 48) explica que os objetos da *Análise de Discurso* são as práticas discursivas que se concretizam em discursos. “O trabalho do analista” diz a pesquisadora, é justamente “o de detectar traços [...] desvelando os mecanismos discursivos de funcionamento social.” A busca pela apreensão de sentidos na *AD* se dá de modo diferente da maneira como ocorre na hermenêutica tradicional ou em perspectivas tradicionais como da *Análise de Conteúdo*, adverte a autora. “Na perspectiva discursiva” interessam “os mecanismos através dos quais se põe em jogo um determinado processo de significação.” (LIMA, 2010, p. 48).

Os campos em confronto, conforme Berger (2003), não apenas espelham posições e representações, mas também servem de espaço para que vozes se reafirmem em suas identidades. No jogo da linguagem, o que conta fundamentalmente são as propriedades de referência de determinados discursos. Maingueneau assim define a linguagem: “Não como um simples suporte para a transmissão de informações, mas como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes” (MAINGUENEAU, 1989, p. 20 apud BERGER, 2003, p. 19). Tal propriedade torna a linguagem capaz de constituir e não referenciar ou descrever a realidade por ela representada. Linguagem, portanto, enquanto *processo produtivo*.

## OS EFEITOS DA ARGUMENTAÇÃO

Chaïm Perelman, pesquisador polonês naturalizado belga, trata dos efeitos da argumentação em seu *Tratado da Argumentação*, publicado em 1958, em conjunto com sua pesquisadora Lucie Olbrechts-Tyteca, que só chegou ao Brasil em tradução de 1996, pela editora Martins Fontes, tendo sido posteriormente reeditado inúmeras vezes. Reforçam os autores que existe uma incapacidade no saber humano relativamente a fornecer provas suficientes da verdade de tudo que diz, o que torna os nossos raciocínios bastante ilusórios à medida que presos a presunções de verdade.

Colocada dessa forma, a questão da argumentação parece quase sem sentido ou, como escrevem os autores, “já não tem razão de ser” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 51). Os fatos triunfam por suas probabilidades, em cuja lógica assume maior valor o que é objetivamente válido. Pareceu a Perelman e Olbrechts-Tyteca que fosse de fato escandaloso admitir que se pudesse defender honestamente mais de um ponto de vista em alguma questão. Para resolver este dilema, a *Nova Retórica* perelmaniana aponta a qualificação dos argumentos como alternativa a qualquer espírito racional.

Nesse sentido, os autores do *Tratado* defendem que a argumentação contenha um elemento de efeito prático, isto é, que seja voltada para o futuro. Só dessa forma se poderá esperar maior adesão dos auditórios. O futuro surge encampado nos dois polos argumentativos em análise neste artigo, por meio da produção de sentidos de “incertezas”. Nada mais objetivamente racional ao ser humano do que admitir que todo futuro é incerto. Esse é um ponto. Mesmo que apenas intuitivamente, foi de fato nessa direção que se firmaram as duas formações discursivas que motivam este artigo. Tanto pela via de que era incerto se o isolamento social seria mesmo necessário para coibir um colapso maior no



sistema de saúde e salvar vidas, quanto para responder afirmativamente ou não se os danos à economia poderiam ser socialmente ainda mais graves do que as vidas perdidas em função da doença. As incertezas residiam na probabilidade de resistência da economia tanto quanto na probabilidade de resistência ao risco de contágio do vírus.

Durante todo o período de cobertura jornalística, que se estendeu de março em diante, foi possível apontar que o isolamento social vinha sendo praticado entre 48% e 55% da população nas grandes cidades brasileiras, contra quase 90% nas principais cidades da Europa nos períodos comparativos de estágio da contaminação, quando o que se recomendava para se evitar o colapso no sistema de saúde brasileiro era um isolamento social praticado por 70% da população. Apenas a cidade de Wohan na China realizou o isolamento total, com a sua população ilhada de janeiro a abril e sua economia totalmente paralisada e, mais tardiamente, São Luís do Maranhão, a primeira capital brasileira a adotar o lockdown. Em muitos municípios brasileiros, menores do que os centros urbanos das capitais e com populações de até 70 mil habitantes, o isolamento social foi reduzido ou praticamente nem existiu. Quando ocorreu, também foi fortemente marcado por períodos de altos e baixos, com a população indo às ruas pelos mais diferentes motivos e razões, admitindo necessidades materiais e respondendo a apelos *pathêmicos* de retomada da vida cotidiana e da normalidade das atividades de vida e trabalho.

Entre os argumentos mais fortes neste traço estratégico, estavam aqueles dos discursos em torno da fome e da falta de alimentos, do risco de desemprego e da realidade do trabalho informal, do subemprego e das funções essenciais, que fizeram da rua um espaço de relativa retomada progressiva das rotinas e da normalidade, com governos apontando para a flexibilização de medidas de restrição e reconhecendo o caráter singular de realidades distintas em um país continental como o Brasil. Enquanto isso, o número de casos continuava crescendo. Estimativas anunciavam que, a prosseguir o índice de isolamento abaixo do

recomendado, poderíamos vir a ter um universo de 12 mil leitos de internação necessários, contra uma capacidade máxima de 2.300 leitos que o Estado conseguiria criar para aquele período. Nos espaços políticos em que essa flexibilização não se fez sentir, a resistência foi, em muitos casos, bem mais ideológica e de disputa político-partidária do que exatamente por questões de saúde pública.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 52) comentam, a este respeito, que, quando a argumentação visa a uma ação precisa, ela deverá excitar as paixões, emocionar seus ouvintes, de modo que sua adesão seja suficientemente intensa, capaz de vencer a inércia, o tempo e as forças que atuam na direção contrária. Foi absolutamente esta a estratégia dos dois polos argumentativos no embate que se travou em torno da pandemia. Um grupo de argumentação apostou pela emoção na exposição recorrente do cenário dramático de centenas de covas sendo abertas lado a lado, de modo rústico, em terrenos próximos aos cemitérios, e corpos sendo colocados em caminhões frigoríficos para aguardar os sepultamentos coletivos, com as vítimas sendo enterradas em valas comuns e os seus familiares depondo na imprensa em narrativas emotivas acerca da impossibilidade de sepultamento de seus pais, irmãos, filhos e avós ou colegas de trabalho. Outro grupo apostou na emotividade de quem alertava para o risco iminente de demissões, em geral, parte dos empresários, em função do isolamento social e do fechamento do comércio e serviços, os quais ocupavam mais de perto as mídias alternativas e os espaços de interação vinculados à tecnologia móvel e às redes sociais, associados que estavam a imagens e narrativas pessoais de proteção aos menos favorecidos, justificativa esta que parecia, aliás, encobrir a motivação real de suas preocupações: o prejuízo financeiro de seus negócios e a necessidade de voltarem imediatamente a vender. A estes, o sistema econômico parecia mais preocupante do que o risco de colapso no sistema de saúde.

As estratégias argumentativas não pareciam construídas contra o risco de que alguém se opusesse a suas premissas de defesa. O objetivo era justamente construir um conjunto de convencimentos pela identificação e proximidade com os auditórios que cada uma delas escolheu como sendo aqueles que desejava cultivar. A adesão aos auditórios, neste caso, se dava pela relação de proximidade com as justificativas aparentemente racionais contidas nos apelos de cada uma das formações discursivas em confronto. Era mesmo impossível um consenso e não se tratava de uma questão em que se pudesse chegar a um convencimento de um polo a outro. As razões permaneceriam presentes e seriam, por assim dizer, permanentes enquanto durassem os riscos da pandemia ou mesmo pouco depois, no campo argumentativo, com cada lado expondo as suas razões para defender o que pensava e apontando erros alheios e acertos próprios de suas escolhas. Fosse qual fosse o resultado, ambos os polos argumentativos teriam sustentação em suas premissas defendidas e nas proposições sustentadas previamente.

O gênero epidíctico tomava aos poucos a cena central em favor dos que argumentavam pelo isolamento social, através do elogio público de inspiração internacional, iniciado na Itália e copiado em outros países, rendendo-se homenagens públicas nas janelas e varandas, primeiro aos trabalhadores da saúde da linha de frente do combate ao coronavírus e, em seguida, a todos os trabalhadores dos serviços essenciais. Era uma forma de a sociedade retribuir com gratidão e moralmente ao trabalho de muita gente que não tinha escolha de ficar em casa e se proteger. Era também uma forma de compensar a impossibilidade de prestar aos mortos as homenagens que as pessoas queriam, porque estava proibida a prática dos sepultamentos tradicionais.

Na contramão desta estratégia argumentativa surgiram, então, os discursos autoelogiosos pelos quais se valorizava o empreendedorismo responsável e as iniciativas institucionais de grandes corporações, bancos e financeiras, multinacionais e conglomerados,

em favor dos que faziam a economia girar, mas que estavam de mãos atadas em função da política de isolamento. Episódios discursivos se sucederam buscando sempre novas emoções em ambos os polos argumentativos, limitados em sua força persuasiva pela contramão dos discursos jurídicos, das decisões do Supremo e dos decretos municipais, das determinações ministeriais, ou de organismos internacionais e até mesmo da própria Presidência da República.

Os discursos epidícticos, segundo Perelman e Olbrecht-Tyteca (1999), constituem uma parte central da arte de persuadir, aliados à eficácia na exposição dos argumentos por parte do orador. Tal empreendimento não se limita, como explica o autor, “à produção de resultados puramente intelectuais ou ao fato de declarar que uma tese pareça mais provável que outra.” (p. 54). Isso leva a duas conclusões: a eficácia de um discurso é aleatória e a adesão por ele provocada é utilmente reforçada. Firma-se, assim, a disposição para a ação ao aumentar a adesão aos valores que se enaltece em um discurso epidíctico que se torna muito mais significativo para a argumentação.

Os percursos dos discursos argumentativos, em ambas as formações discursivas aqui analisadas, enfrentaram um desafio pragmático e paralelo ao campo das ideias: a busca pelo achatamento da curva de contaminação pelo novo coronavírus. De um lado, a Organização Mundial da Saúde (OMS), assim como a quase totalidade dos líderes das maiores potências mundiais, a demonstrar dados estatísticos sobre a evolução e o controle da pandemia em determinados territórios. De outro, lideranças políticas buscando a singularidade de suas realidades imediatas e reclamando a necessidade de um tratamento diferenciado a suas populações, apostando num equilíbrio maior entre as decisões em favor do isolamento e da proteção à economia em condições de garantia de sustentabilidade das suas regiões, ainda parcialmente atingidas, mas, futuramente, claramente ameaçadas.

O colapso na saúde se encontrava paulatinamente ameaçado pelo colapso iminente do sistema do capital, com a economia em franca estagnação no Brasil, o que é algo bem

mais oneroso a países em desenvolvimento do que a nações mais economicamente favorecidas. Novamente, se instaurava o espectro da incerteza como dominante nas estratégias argumentativas. Em várias das formações discursivas, a incerteza tomou conformidade do medo, com a população passando a sofrer de algumas patologias em função do isolamento ou distanciamento social e dos riscos de contaminação, dos riscos de morte, mas também dos riscos da fome, do desemprego e da recessão econômica: medos que se associavam dramaticamente no imaginário popular e com apelos racionais e emotivos, referenciados em evidências reais. Um cenário ideal, aliás, em termos ideológicos, para a instauração de crenças.

Tais formações discursivas tanto se faziam sentir nas discursividades que argumentavam em torno de uma tentativa de dominação global das economias e da falência do sistema de capital, quanto nas suas controvérsias, mais fortemente apoiadas na preservação da vida e sem preocupações primeiramente econômicas e que fantasiavam também, por sua vez, na razão de que uma nova espiritualidade estaria a exigir de toda a civilização uma nova humanidade e novas formas de organização social. Depois, seria possível ver que a humanidade não se tornaria melhor por causa da pandemia.

A ideia de renovação de mundo também se fez sentir no primeiro grupo, com uma vocação supostamente socialista ou comunista, animada pelo estigma da China dos séculos passados, totalitária, tirana e contrária ao capitalismo e que, conforme depois se soube, tentou coibir com censura declarada as informações sobre o vírus, quando identificada a doença, ainda na forma de uma provável epidemia, advertindo e punindo o médico chinês que havia informado a sociedade sobre sua descoberta. Esse primeiro grupo de discursividades também parecia estar associado a sentidos dos discursos reconhecidamente como de esquerda, na tradição política clássica do termo, e que se firma questionando as relações de produção e de propriedade dos bens de produção.

No segundo grupo de formações discursivas sobressaíam, por sua vez, as discursividades que pareciam se agarrar à ideia de espiritualidade que estaria implicada, igualmente, na construção de um novo mundo, uma nova era, mas não em função dos mesmos aspectos. A relação de renovação implica novos sentidos de humanidade, mais presos a valores menos materiais e com maior sentido de solidariedade, cidadania mundial e priorização da coletividade, de uso do tempo e valorização da vida humana, mas sem a aparente ameaça ao sistema econômico vigente.

Os argumentos de apelo ao medo encontram-se apoiados em estruturas cuja estratégia evocou sempre consequências como resultados temíveis e funcionou, conforme explica Douglas Walton (1992; 2006), a fim de conduzir auditórios a adotarem uma linha de ação recomendada sob a justificativa de evitarem o que mais temem em consequência de sua conduta. No jogo das oposições argumentativas, sempre se faz parecer que uma escolha é catastrófica e outra benéfica. Nos trabalhos de Michel Meyer, também se percebe a importância capital das paixões e seu papel na argumentação. Publicada em 1989, a sua obra *Rhétorique des Passions* desmistifica o clássico papel emprestado da retórica às emoções e resgata seu valor pragmático e não de manipulação, com que as paixões impulsionam mais facilmente decisões de auditórios. Também trabalhos de Plantin e Charaudeau, na década de 1990, se somam a este time que reconhece e ressignifica o caráter das emoções nas estratégias argumentativas.

O *pathos*, como sabemos, é o efeito emocional produzido no alocutário. Não devemos confundi-lo com a emoção de quem enuncia, ou com a emoção do sujeito falante e que nem sempre nos associa a um sentimento equivalente. Na racionalidade argumentativa baseada na emoção, os argumentos, invariavelmente, nos levam a uma conclusão afetiva. Não a respeito de quem fala, ou de como fala, mas a respeito do que se diz e dos sentidos que este discurso é capaz de construir materialmente enquanto efeito em determinados

auditórios. Situações específicas de condições de produção ou de circulação de discursos podem favorecer ou amenizar a força de determinados argumentos emocionais.

O sofrimento e a morte são universais. A empatia e o sentimento de solidariedade e de coletividade são, no entanto, bem mais pessoais ou, mesmo até, culturais. Ações derivam de sentimentos porque são eles que nos fazem tomar determinados posicionamentos e não outros. As emoções são formuladas, de um a outro polo do antagonismo argumentativo, justificadas tanto por evidências factuais, quanto por razões em torno do verossímil. As palavras falam ao coração. Sua força estará no impacto que elas tenham poder de causar mais do que na verdade que carregam.

Sabemos que a argumentação, conforme aponta Dittrich (2009, p. 87) não pode ficar restrita à justificação técnica de uma tese. Os argumentos não têm apenas a função de sustentá-la. “O conhecimento e a exploração retórica dos fatores sociais e culturais envolvidos podem assumir, portanto, maior importância”. Conforme ainda explica o pesquisador “uma análise retórica da argumentação que toma a tese como princípio gerador de um discurso polêmico precisa (... considerar que a dimensão probatória – ou justificadora – de um discurso apresenta diversos aspectos bastante complexos.” e que cabe ao analista esclarecer.

## CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS

Os estudos argumentativos recusam a compreensão dos argumentos apenas no domínio do *logos* como razão. A linguagem é também o espaço do razoável e suas determinações são circunstanciais e bastante provisórias. Em parte, por isso mesmo, não fariam muito sentido considerações conclusivas acerca dos discursos e dos argumentos em situações comunicacionais. A singularidade dos usos aponta para a possibilidade de generalidades que, em última instância, não servem de modelos aplicáveis a quaisquer outras

estratégias argumentativas. Mas, ainda assim, são capazes de apontar para compreensões do fenômeno argumentativo na comunicação humana. “A história das relações humanas não tem propriamente um final.” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014, p. 50), pois nem os fatos nem a interpretação sobre os fatos são finitos e, por isso mesmo, “não temos o direito, o poder e mesmo a arrogância [...] de predizer cenários finais”.

Aqui, importava saber reconhecer o funcionamento dos mecanismos escolhidos por diferentes estratégias argumentativas e apontar, por meio de algumas de suas singularidades, algumas das convicções sobre o discurso e seu funcionamento, às quais estamos inclinados a construir ao longo do tempo como conhecimento em ciência da linguagem. Ao estudarmos modalidades discursivas nesses termos, poderemos reunir sinais sobre como certas coerções se dão e apostar numa forma pedagógica de melhor domínio dos usos da comunicação.

Como todo locutor é atravessado efetivamente pela fala de um outro, por ideias pré-concebidas de uma época e suas crenças, a experiência de compreensão da comunicação é uma experiência sobre as influências e determinações, sobre as representações, os modos de pensar e de sentir. Os esquemas argumentativos, ora mais, ora menos, presos sobre o *ethos*, o *logos* ou o *pathos*, ou sobre figuras retóricas, falsos silogismos, lógicas aparentes ou tantas outras construções, são sempre um mundo a ser revelado, sem o que parecemos tatear, de fato, na escuridão, cegos que estamos pela limitação de nossas próprias hermenêuticas.

Conforme Amossy (2018, p. 275) “a noção de dimensão argumentativa estendida ao conjunto do discurso permite explorar os múltiplos procedimentos aos quais pode recorrer a empreitada persuasiva.”. Pode-se, para efeito de análise, debruçar-se tanto sobre os *corpora* de textos, quanto sobre discursos e suas Formações Discursivas, como aqui fizemos, uma vez que os estudos de discurso se inclinam sobre fatos da linguagem e seu funcionamento, suas recorrências ou forças argumentativas, utilizando-se, como descreve a autora, de diferentes recursos e fazendo confluir diferentes disciplinas.



Em estudos do discurso, no que concerne à lógica argumentativa, se se sabe que A e B se equivalem e são distintos ao mesmo tempo entre si e não o mesmo, é porque existe um ponto em que “não A” e “não B” permitem que sejam identificadas tanto a equivalência, quanto a distinção. Eis a lógica do antagonismo. Os opostos buscam a hegemonia discursiva num campo de forças em que o objetivo é fixar significado em um ponto nodal (LACLAU, 1990) e nisso se constitui a prática articulatória cuja totalidade é o próprio discurso.

A estratégia argumentativa do embate em torno da pandemia reforça a ideia de êxito em construções que focalizam o futuro como forma de garantir adesão dos espíritos, considerando que é nessas bases que o poder de verossimilhança se firma com maior facilidade. Nos termos da experiência discursiva aqui relatada, ficou claro que o futurismo foi apresentado pela figura da incerteza, o que prende o fenômeno a uma regra factual e a uma regra simbólica. Factualmente, é inegável que todo futuro é incerto e, simbolicamente, é compreensível que a representação das incertezas ancore figurativamente as condições de crença em torno dessas teses, de ambos os polos. O raciocínio entimemático, em sua forma elíptica, é perfeitamente claro.

As duas formações discursivas que analisamos e que entendemos que disputaram mais decisivamente o jogo argumentativo em torno da pandemia lançaram mão de certos discursos e, por meio deles, organizaram suas estratégias argumentativas. O apoio de seus argumentos e os alcances que foram capazes de produzir em busca da adesão de seus auditórios foram aqui descritos, na perspectiva de nossa análise. O estudo que realizamos ampara-se em fundamentos da *Análise do Discurso*, da *Argumentação* e da *Retórica*, e nos permitiu apontar, empiricamente, e reforçar, teoricamente, evidências em relação a como a linguagem funciona, bem como a ordenação de seus argumentos e os discursos que circularam em torno do tema num recorte histórico, ao mesmo tempo sincrônico e diacrônico. A pesquisa nos permitiu apontar na direção de uma evidência de que a construção

de sentidos de “incerteza” favoreceu a formação de juízos a ambos os polos da controvérsia argumentativa, criando assim um caráter de verossimilhança, cuja força residia na impossibilidade aparente de uma racional contestação a cada uma das duas polaridades envolvidas, já que, sobre o futuro, pouco ou nada se pode dizer e cuja incerteza produz o medo e acaba por fortalecer a vulnerabilidade dos espíritos e lhes condicionar por suas fragilidades emocionais ao jogo de estratégias cada vez mais persuasivas.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Coordenação de tradução Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e análise do discurso. Perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, pp. 129-144, jun./nov. 2011.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BROCKRIED, Wayne. Where is argument? *Journal of the American Forensic Association*, XIII, p. 129-132, 1975. [Em português: BROCKRIED, Wayne. Onde está a argumentação? Tradução Rui Grácio e Ricardo Grácio. *Comunicação e Sociedade*, 16, pp. 13-17, 2009].

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto Editora, 2004.

DITTRICH, Ivo. *Relações do poder na argumentação: a dimensão política do discurso*. Coimbra: Grácio Editor, 2017.

DITTRICH, Ivo. Ampliando a noção de ethos: argumentos credenciadores e legitimadores. In: LOPES, Fernanda; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). *Retórica e mídia: estudos ibero brasileiros*. Florianópolis: Insular, 2009.



GRÁCIO, Rui Alexandre. Com que é que se parece uma argumentação? Representações sociais do argumentar. *Comunicação e Sociedade*, 16, pp. 101-122, 2009.

HERZBERG, Bruce; BIZZELAND, Patricia. *The rhetorical tradition: Readings from classical times to the present*. 2d. California: University California Press, 1971.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialista strategy: Toward a democrática politics*. London: Verso, 1990.

LIMA, Regina. *Análise das estratégias discursivas da mídia sobre os escândalos políticos: vozes em cena*. Belém: FADESP, 2010.

MENDONÇA, Daniel de; LOPES, Alice Casimiro. *A Teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo: Annablume, 2015.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso*. Em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

MEYER, Michel. *Qu'est-ce que l'argumentation?* Paris: Vrin, 2007. [Em português: MEYER, Michel. *A retórica*. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2005. (Série Essencial)].

MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Tradução A. Hall, Lisboa: Edições 70, 1998. (Nova Biblioteca 70).

MEYER, Michel. As bases da retórica. In: CARRILHO, Manuel Maria (coord.). *Retórica e Comunicação*. Porto: Asa, 1994, pp. 31-70.

MEYER, Michel. *Rhétorique des Passions*. Paris: Petit Rivage, 1989.

OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés. *Retórica e sociedade: a valorização da multidimensionalidade*. Lisboa: Biblioteca online de Ciências da Comunicação, 2018. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ferreira-moisés-2018-retorica-e-sociedade.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PARZIANELLO, Geder Luis. A retórica dos imorais: ensaio sobre mídia e política na argumentação sobre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. In: OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés; GRÁCIO, Rui Alexandre (Orgs.). *Retórica e Comunicação Multidimensional*. Coimbra: Grácio Editor, 2017, pp. 55-65.



PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias e perspectivas*. São Paulo: Parábola, 2008.

WALTON, Douglas. *Lógica informal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ZAREFSKY, David. Argumentation in the tradition of speech communication studies. In: VAN EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R.; BLAIR, J.A.; WILLARD, C.A. *Perspectives and approaches: Proceedings of the Third International Conference on Argumentation*. Amsterdam: SICSA, International Society for the Study of Argumentation, v. 1, 1995. pp. 32-52.

---

Envio: Maio de 2020  
Aceite: Junho de 2020